

CADERNOS
PROARQ 41

FÁBIO MARIZ GONÇALVES

Paisagem como Projeto e o Projeto da Paisagem

Landscape as a Project and the Landscape Project

El paisaje como proyecto y el proyecto de paisaje

Fábio Mariz Gonçalves

Graduado (1986) e doutorado (1999) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, onde leciona no Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente, do Departamento de Projeto, desde 1989, sendo Professor Titular desde 2023. Presidiu a Comissão de Graduação da FAUUSP entre 2009 e 2014. Lecionou na USJT, na FIAM FAAM, na Universidade Brás Cubas, na Universidade Ibirapuera e coordenou o curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi. Integra a Diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - ABEA. Integra o Laboratório Quadro da Paisagem - QUAPÁ, onde desenvolve pesquisas. Entre Julho de 2014 e Janeiro de 2017 foi Diretor do Departamento de Urbanismo - DEURB da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU da Prefeitura de São Paulo. Entre Janeiro e Dezembro de 2016 foi Presidente da Comissão de Proteção da Paisagem Urbana - CPPU.

Graduated (1986) and a doctorate (1999) from the Faculty of Architecture and Urbanism at the University of São Paulo, where teaches in the Landscape and Environment Discipline Group of the Project Department since 1989; Full Professor since 2023; chaired the Committee on Graduating from FAUUSP between 2009 and 2014. Taught at USJT, FIAM FAAM, Brás Cubas University, and Ibirapuera University and coordinated the architecture and urbanism course at Anhembi Morumbi University. Member of the Board of Directors of the Brazilian Association for Teaching Architecture and Urbanism - ABEA. Participates in the Quadro da Paisagem Laboratory - QUAPÁ, where develops research. Between July 2014 and January 2017, was Director of the Department of Urban Planning - DEURB of the Municipal Secretariat of Urban Development - SMDU of the City of São Paulo. Between January and December 2016, was President of the Urban Landscape Protection Commission - CPPU.

Graduado (1986) y doctorado (1999) por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo, donde enseña en el Grupo de Disciplina de Paisaje y Medio Ambiente del Departamento de Proyectos desde 1989; Profesor Titular desde 2023; Presidió el Comité de Graduación de la FAUUSP entre 2009 y 2014. Impartió clases en USJT, FIAM FAAM, Universidad Brás Cubas y Universidad de Ibirapuera y coordinó el curso de arquitectura y urbanismo en la

Universidade Anhembi Morumbi. Miembro del Consejo Directivo de la Asociación Brasileña de Enseñanza de Arquitectura y Urbanismo - ABEA. Participa del Laboratorio Quadro da Paisagem - QUAPÁ, donde desarrolla investigaciones. Entre julio de 2014 y enero de 2017, fue Director del Departamento de Planificación Urbana - DEURB de la Secretaría Municipal de Desarrollo Urbano - SMDU de la Ciudad de São Paulo. Entre enero y diciembre de 2016, fue Presidente de la Comisión de Protección del Paisaje Urbano - CPPU.

fabiomgoncalves@usp.br

Resumo

Projetar a Paisagem é mais do que desenhar espaços livres – ajustando o relevo, organizando elementos edificados e vegetais – projetar a paisagem é pensar a relação com o mundo. Nos dias de hoje, deve ser sonhar uma forma de superar a mundividência moderna, propondo outros valores e modos de operar no mundo físico. É necessário pensar a paisagem como meio de ensaiar a superação da revolução copernicana, retirando o homem do centro do universo, redesenhando criticamente o convívio entre os homens e o mundo natural, assumindo que o colapso do planeta é espelho da nossa incapacidade de respeitar limites e condições. Esse texto entende projeto como disputa e pacto, como o fruto de acordos, como o meio de negociação e tensionamento de expectativas e demandas muitas vezes antagônicas, como exercício de construção coletiva que vai além do exercício da forma como manifestação de autoria ou filiação histórica. Portanto, projeto pode ser visto como espaço de experimentação e como materialização de novos valores. Entende-se também que as práticas são historicamente construídas e, ao mesmo tempo, nos constroem. Assim, projetos melhores, frutos de negociações mais bem sucedidas, dialeticamente, darão entre seus resultados a transformação de todos os agentes que o construíram. Aquilo que construímos nos constrói, a paisagem que vemos é nosso espelho, e ao mesmo tempo nossa oportunidade de transformação e aprendizado.

Palavras-chave: Paisagem. Paisagismo. Projeto. Cultura. Ética.

Abstract

Designing the Landscape is more than creating open spaces – adjusting the relief, organizing building and green elements – planning the Landscape is thinking about the relationship with the world. Nowadays, we must dream of overcoming the modern worldview, proposing other values and ways of operating in the physical world. It is necessary to think of the Landscape as a means of rehearsing overcoming the Copernican revolution, removing man from the center of the universe, critically redesigning the coexistence between men and the natural world, assuming that the collapse of the planet is a mirror of our inability to respect limits and conditions. This text understands a project as a dispute and pact, as the fruit of agreements, as a means of negotiating and tensioning expectations and demands that are often antagonistic, as an exercise in collective construction that goes beyond the exercise of form as a manifestation of authorship or historical affiliation. Therefore, a project can be seen as a space for experimentation and materializing new values. It is also understood that practices are historically constructed and, at the same time, they construct us. Thus, better projects, the result of more successful negotiations, dialectically, will result in the transformation of all the agents who built them. What we build thereafter built us; the Landscape we see is our mirror and, at the same time, our opportunity for transformation and learning.

Keywords: Landscape. Landscape design. Project. Culture. Ethic.

Resumen

Diseñar el Paisaje es más que crear espacios abiertos – ajustar el relieve, organizar edificios y elementos verdes – planificar el Paisaje es pensar en la relación con el mundo. Hoy debemos soñar con superar la cosmovisión moderna proponiendo otros valores y formas de operar en el mundo físico. Es necesario pensar en el Paisaje como un medio para ensayar la superación de la revolución copernicana, sacando al hombre del centro del universo, rediseñando críticamente la convivencia entre el hombre y el mundo natural, asumiendo que el colapso del planeta es un espejo de nuestra incapacidad de respetar límites y condiciones. Este texto entiende un proyecto como disputa y acuerdo, como resultado de los acuerdos, como medio de negociación y tensión de expectativas y demandas muchas veces antagónicas, como ejercicio de construcción colectiva que va más allá del ejercicio de la forma como manifestación de autoría, o filiación histórica. Por tanto, un proyecto puede verse como un espacio de experimentación y materialización de nuevos valores. Se entiende también que las prácticas se construyen históricamente y, al mismo tiempo, nos construyen a nosotros. Así, mejores proyectos resultantes de negociaciones más exitosas, dialécticamente, transformarán a todos los agentes que los construyeron. Lo que construimos después nos construyó a nosotros; el Paisaje que vemos es nuestro espejo y, al mismo tiempo, nuestra oportunidad de transformación y aprendizaje.

Palabras clave: Paisaje. Paisajismo. Proyecto. Cultura. Principio moral.

Introdução

O presente artigo surgiu da necessidade de compreender o papel do campo disciplinar da paisagem no âmbito da formação de arquitetos e urbanistas. No Brasil, ainda não abrimos mão da formação do arquiteto abarcando o urbanismo e o paisagismo como campos articulados e indissociáveis. Na prática profissional temos escritórios e secretarias públicas (nas três esferas do poder) tratando de cada tema separadamente, afinal, nenhum profissional é capaz de dominar com a profundidade necessária, e se manter igualmente atualizado, acerca desses três campos da atuação profissional.

Contudo, durante a graduação, compreende-se que os exercícios projetuais devem tratar em diferentes momentos desses três campos: da arquitetura de edifícios, do urbanismo e do paisagismo. Diante do desmonte dos cursos de graduação no país nas primeiras décadas do século XXI, com frequência, em muitas escolas as disciplinas de paisagismo e urbanismo foram fundidas como se abarcassem as mesmas questões. Este artigo refletirá acerca da especificidade do campo da paisagem a partir da sua poética própria, a que resulta da ética peculiar que o tema exige.

A separação dos campos, estruturando cursos específicos para a formação de arquitetos, urbanistas e de paisagistas constituiria erro historicamente repetido da compartimentação das formações. A especialização durante a graduação empobrece a formação dos nossos profissionais e vai no sentido contrário do aprimoramento que poderia advir de estruturação da formação continuada, ou seja, da estruturação de cursos de especialização abertos aos graduados, para que os profissionais sigam estudando e aprofundando seus conhecimentos nas áreas que atuam.

Sem dúvida, durante a graduação não conseguimos tratar adequadamente muitos temas de cada área de atuação. Há anos trabalho em um curso público e acompanho a luta permanente dos departamentos por maior carga horária, maior número e tempo para as disciplinas, justamente com o argumento de que são necessárias mais horas de aula para abarcar todo o conhecimento necessário sobre vários temas. Daí que vários cursos de graduação no país ainda têm mais de seis mil horas, embora o parâmetro federal seja bem menor que isso.

O que advogo aqui é que cada uma das áreas têm questões próprias que devem ser abordadas ao longo da graduação, neste artigo vou tratar apenas das questões da paisagem, mostrando sua especificidade e importância na formação do arquiteto e urbanista brasileiro no tempo presente.

Conceituando Paisagem

Paisagem é um termo polissêmico, comportando várias definições e interpretações. Cada campo do conhecimento pode se apropriar do termo dando-lhe sentido próprio.

O professor de literatura e filósofo francês Michel Collot (2013) conceitua Paisagem como um espaço percebido de um determinado ponto de vista, ou a sua representação pictórica. Ele diz que a paisagem só existe quando temos pelo menos três componentes, unidos em uma relação complexa: o local, o olhar e a imagem. Portanto, é o olhar que transforma o local em paisagem, em arte e lhe dá significado. Collot ensina que essa relação entre os três, é histórica, sendo que por séculos a natureza foi considerada como o modelo que a arte deveria imitar, até que os modernos colocaram o homem no centro do universo propondo a inversão desta relação, valorizando a representação artística, propondo que a natureza imite a arte. Contudo, tanto para Collot quanto Merleau-Ponty (1999), a relação não é unidirecional, a materialidade, sua percepção

e a representação, são frutos do pensamento, da arte e da cultura. Merleau-Ponty destrói o limite entre o sujeito e a paisagem, definindo o “sujeito” como “campo”, “o pensamento sujeito” (ibid., p. 292), chegando a afirmar que “Eu sou um campo, sou uma experiência” (ibid., p. 545). Portanto antes de estabelecer a subordinação de um ao outro, o olhar é um ato estético, mas também é ato sensível, a paisagem instaura a interação que convida a pensar de outro modo, que altera a visão e o próprio observador.

FIGURA 1 –A aquarela “Belinzona”, de 1830, de William Turner, Coleção Tate, Londres.

Fonte: Domínio público. Disponível em [https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:\(Barcelona\)_Bellinzona_-_1830_-_William_Turner_-_Tate_Britain.jpg](https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:(Barcelona)_Bellinzona_-_1830_-_William_Turner_-_Tate_Britain.jpg) Acesso em 20 out. 2023

Para ilustrar a Paisagem como experiência individual selecionei duas pinturas, uma aquarela do século XIX, de William Turner, mostrando seu encantamento com a cidade de Belinzona, encimando uma colina ao sul dos Alpes, na Suíça; e uma pintura do século XX, de Piet Mondrian, encantado com uma nuvem cor de rosa no céu escuro dos Países Baixos. Os dois trabalhos mostram o encantamento dos dois pintores diante dos efeitos da luz colorindo a atmosfera. É a sensibilidade deles que constrói as paisagens, como materialização das visões que eles têm do mundo. Dois pintores geniais, com estilos e técnicas completamente diversas, com mais de 70 anos de distância no tempo, nestas obras falam da paisagem como fonte de inspiração e expressão.

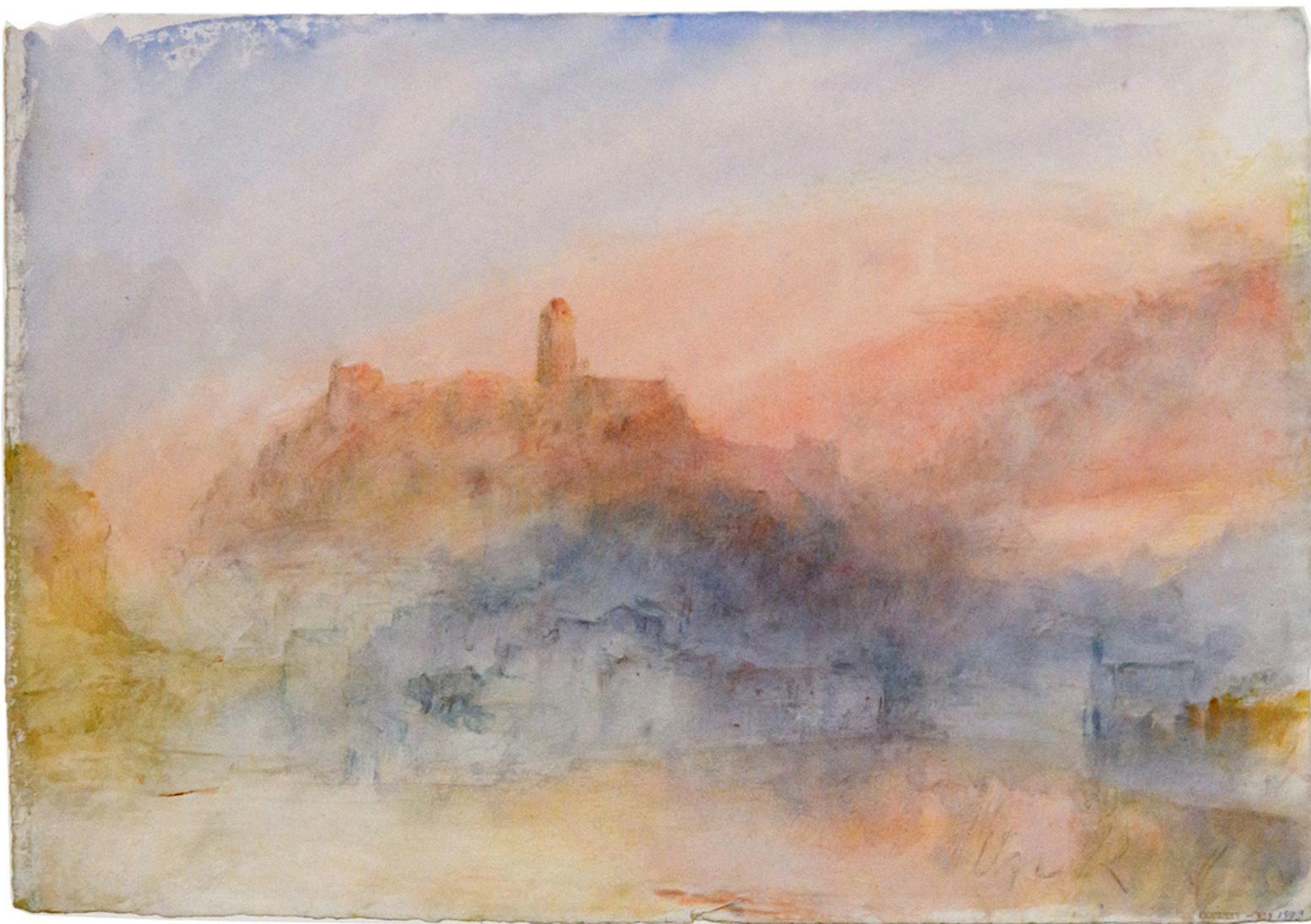




FIGURA 2 –Quadro “A Nuvem Rosa”, 1907, de Piet Mondrian, Coleção do Gemeentemuseum, Haia.

Fonte: Domínio público. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Piet_mondrian_la_nube_rossa,_1907_ca.jpg
Acesso em 20 out. 2023

A visão não se dá pela adição de estímulos, mas pela estruturação do conjunto deles pelo sujeito, que decide quais elementos colocar e como cada um se relaciona com os demais, segundo processo complexo de compreensão, articulação e seleção que é, ao mesmo tempo, sensível e racional. Esse processo é tão complexo quanto individual – embora possa ser coletivo e compartilhado – portanto é construção cultural, pois revela e depende da capacidade, do universo cultural em que se dá.

Com esse conceito fica claro que nem o espaço e nem o ambiente são paisagem, entretantes eles podem se tornar paisagem a partir do momento em que são percebidos pelo olhar consciente. A paisagem é o lugar da emergência do pensamento, que só pode nascer da experiência sensível, dos sentidos e da sua consciência.

O geógrafo Milton Santos buscou contribuir com a distinção entre espaço e paisagem afirmando que a “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”(Santos, 1997, p. 83). Para ele Paisagem também tem a ver com visualidade, pois também pode ser entendida como a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Ele reitera que a Paisagem não é fixa, nem imóvel, é o conjunto dos elementos (naturais e artificiais) passados e presentes, uma construção transversal e “transtemporal”, ou seja, resultado da acumulação de tempos. Enquanto o “espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única” (ibid., p. 83).

Essa separação, entre os elementos “naturais” e “artificiais”, ganha maior peso em outra definição de Milton Santos presente no livro “Pensando o Espaço do Homem”, em que a Paisagem compreende dois sistemas de elementos: o sistema de objetos naturais e o sistema de objetos sociais (Santos, 2012, p. 53). Essa separação, embora útil do ponto de vista operacional e da organização do raciocínio, reitera a separação entre o Homem e a Natureza.

Essa separação é a questão central, que impõem contemporaneamente a revisão do conceito de Paisagem.

A separação Homem e Paisagem

A ideia de que existem dois sistemas de objetos distintos, o sistema natural e o social, mantém a separação entre o Homem e a Natureza, entende e reitera que o Homem não faz parte da Natureza. Essa separação é a base da modernidade e a origem dos seus desdobramentos e problemas.

O sociólogo e linguista inglês Raymond Williams (2011) investiga os vários entendimentos e significados do termo Natureza ao longo da história. Na sua origem o termo vem da palavra latina “natura”, que refere à “constituição essencial das coisas”, o que era original, inato e inerente às coisas, portanto, natural. Deste modo, Natureza estava na origem de todas as coisas e processos da vida. Williams mostra que essa aceção no mundo ocidental serve à ideia de que desvendar a Natureza é conhecer seu lugar dentro dela, era compreender o seu lugar no projeto de Deus.

FIGURA 2 –Quadro “O paraíso terrestre com a queda de Adão e Eva”, pintado por Peter Paul Rubens e Jan Brueghel, o Velho, por volta de 1615. Faz parte da coleção Mauritshuis em Haia.

Fonte: Domínio público.
Disponível em https://nl.wikipedia.org/wiki/Het_aardse_paradijs_met_de_zondeval_van_Adam_en_Eva#/media:Bestand:Jan_Brueghel_de_Oude_en_Peter_Paul_Rubens_-_Het_aards_paradijs_met_de_zondeval_van_Adam_en_Eva.jpg
Acesso em 20 out. 2023



O quadro, “O Jardim do Éden, a queda do Homem”, de 1615, da Coleção Mauritshuis em Haia, ilustra perfeitamente tanto a ideia da Natureza como o presente de Deus aos Homens, quanto a separação do Homem da Natureza. A concepção do quadro é de Jan Brueghel (filho do Peter Brueghel), realizado em parceria com Peter Paul Rubens (1577/1640). A composição geral é de Jan, mas a pintura foi iniciada por Peter Paul Rubens, que pintou o Adão, a Eva, o cavalo e a cobra, diretamente sobre a tela, quase sem desenho. A tela foi então completada por Jan Brueghel, especialista em pintar elementos da natureza, que pintou todos os demais elementos, com disciplina quase enciclopédica, cada animal e planta com a maior precisão possível naquele século. Jan pintou buscando a verossimilhança utilizando-se dos saberes da época. A Holanda invadiu o Nordeste brasileiro no século XVII, já acumulava bom conhecimento da fauna e da flora brasileira. Lá estão representadas araras, tucanos, papagaios e outros animais exóticos para os europeus. Os territórios que estavam sendo colonizados, ocupados e explorados eram o próprio Jardim do Éden dado por Deus aos Homens. O monoteísmo cristão ocidental buscou erradicar todas as outras formas de compreensão do mundo e da Natureza que se relacionavam com os “deuses pagãos”, que regiam os entes e as manifestações da natureza.

Pode-se dizer que há cerca de dez mil anos a humanidade vem domesticando e selecionando espécies de animais e vegetais. Cruzando e desenvolvendo variedades

mais produtivas, resilientes e de fácil manejo, “aprimorando” suas espécies. Ao longo de toda a história existe o debate entre os que “aperfeiçoam” a Natureza gerando riquezas, acusados de serem destruidores, em conflito aberto com os que querem vê-la intocada, acusados como românticos. Esse debate não arrefece nem mesmo nos séculos XVIII e XIX, quando nasce a compreensão de que a natureza evoluía e que todos seus elementos, vivos ou não, tinham história e estavam em permanente transformação. A separação não se alterou nem mesmo com a descoberta da Teoria da Evolução por Darwin, que mostra com clareza que, como parte da Natureza, nós também somos fruto de processos evolutivos naturais. Ainda assim, a noção de que somos separados da Natureza, persiste como uma abstração indissociável da moderna cultura ocidental.

Essa persistência tem várias razões políticas, econômicas e sociais, sendo conveniente para a manutenção de processos produtivos altamente destrutivos e rentáveis. Williams nos ensina que separar a economia da ecologia permite apresentar como o produto das montadoras de automóveis apenas os carros, enquanto as montanhas de ferro velho, a poluição do ar, os engarrafamentos e as rodovias não são fruto ou responsabilidade da mesma cadeia produtiva. Não faz sentido separar a economia da ecologia e da sociologia, mas para que os sistemas econômicos não sejam responsabilizados pela destruição do meio ambiente e pela exploração do próprio homem, essas separações permanecem na produção e na reprodução do conhecimento.

O geógrafo marroquino Augustin Berque (2023) aponta que a modernidade reduziu o mundo exterior a uma coleção de objetos, sem relação com o Homem. Que a valorização excessiva do indivíduo, conseqüente do seu isolamento do mundo, alterou seu modo de se relacionar com a paisagem, fazendo-a uma projeção arbitrária de si mesmo. A única forma de reinserir o homem no mundo é a superação do que ele chama de POMC, o Paradigma Ocidental Moderno Clássico – POMC que é, desde Descartes, o responsável pela ruptura.

No século XXI, o estágio atual do capitalismo neoliberal está levando a novos patamares os processos de exploração do Homem e da Natureza. O entendimento compartimentado dos saberes e sua hierarquização facilita o processo de reificação de tudo o que serve aos sistemas produtivos. Axel Honneth (2018) nos mostra que o processo de reificação, ou seja, de não reconhecimento das singularidades e direitos, é o processo de instrumentalização, de “coisificação”, que reduz as pessoas e os recursos naturais a simples elementos das cadeias de produção e circulação de mercadorias.

O capitalismo é baseado em dominação e exploração; o colonialismo e o imperialismo são baseados na conquista, dos homens e dos produtos físicos, ambos como matéria-prima e engrenagens dos sistemas produtivos que concentram a renda e o poder econômico e político. Os processos de alienação e reificação são fundamentais para a validação desses sistemas de exploração e produção, alienando igualmente todos os processos de vida dos quais somos parte e dos quais depende a sobrevivência de todos os grupos humanos.

A Cultura como relação do Homem com a Paisagem

Terry Eagleton (2011), professor de Literatura, originalmente orientando de Raymond Williams, conta que o termo “cultura” tem sua raiz latina em *colere*, que se refere às atividades de cultivo, trato da terra e colheita, atividades árduas, brutas e braçais, que foi transferido para as atividades mais intelectuais e do espírito. Seja como o labor

que transforma, seja como atividade de construção intelectual e humana, a Cultura é normalmente entendida como o oposto de Natureza, tudo aquilo que não é natural, tudo o que existe por ação humana.

Eagleton vai mostrar que entre os vários significados atribuídos ao termo Cultura, muitos deles se referem aos modos e práticas características de cada povo, portanto, pode-se entender a Cultura como o modo que a sociedade se relaciona com a Natureza, com o mundo, com ela própria e com sua história.

Destarte podemos definir *Paisagem como o olhar que revela a relação entre a Cultura e a Natureza*. Pode-se entender a *Paisagem como a materialidade que revela a relação entre a Cultura e a Natureza*. Essas duas formas de entender a paisagem, como olhar e como a materialização desse olhar, serve para muitos campos, como o da arte ou do paisagismo. É justamente sobre esse entendimento que esse artigo se apoia.

Os Jardins de Versalhes construídos ao longo dos séculos XVI e XVII, não são apenas obra de André Le Notre, nem mesmo dos reis Luís XIII e Luís XIV, o Rei Sol. Os belíssimos e impressionantes jardins do Palácio de Versalhes são a materialização de toda a tecnologia, todas as estruturas sociais, econômicas e políticas que permitiram sua construção. As paisagens construídas em Versalhes revelam determinada visão de mundo, marcam o apogeu do Renascimento Francês (levado por Carlos VIII da Itália para a França), marcado pelo domínio da geometria e da perspectiva como forma de organizar, ver e se relacionar com o mundo e com a Natureza.

Em outubro de 1957 ocorreu uma grande enchente que alagou o centro histórico, a “cidade velha” de Valência, uma das mais antigas e belas cidades espanholas. Pressionado, o governo espanhol projetou um canal ao Sul da cidade, interceptando o Rio Turia e levando suas águas diretamente para o mar. Depois de concluídas as obras, pôde-se discutir o que fazer com os doze quilômetros do leito original. Em plenos anos 70, ainda parcialmente sob a ditadura de Franco (1939-1975), quando vias expressas e anéis viários eram construídos em muitas capitais europeias, Valencia decidiu fazer um parque, inaugurado em 1986. Projeto de vários arquitetos, urbanistas e paisagistas sob o traço inaugural de Ricardo Boffil. Executando os Jardins de Rio Túria, os valencianos puderam preservar todas as dezoito pontes, algumas históricas como a Trinity Bridge, que foi construída no século XIV, com seus dez arcos góticos que resistiram e que foram reparados depois a uma grande enchente em 1517. O Parque do Rio Turia é hoje um dos maiores parques urbanos da Espanha, o principal espaço de lazer dos moradores da cidade e visitado por milhares de turistas.

O registro mais antigo de enchentes do Rio Turia é de 1321, nos últimos 700 anos foram registradas vinte e cinco enchentes e desde que suas águas foram desviadas para o Plano Sul, em 1973, o canal que o intercepta ainda não foi acionado. Contudo, caso um dia tenhamos chuvas maiores do que as mais pessimistas previsões, o leito do rio segue lá, desabitado, mas cheio de vida. Os Jardins do Rio Turia surpreendem por ser resposta inovadora e diferente do que acontecia em muitas cidades europeias na década de 80 do século XX. Mais surpreendente ainda se considerarmos que a Espanha estava parcialmente isolada do debate urbanístico pela Ditadura Franquista que só foi encerrada em 1975.

A paisagem proposta em Valência foi inovadora no seu tempo, e segue sendo lugar de experimentação de novos modos de ver e se relacionar com a Natureza.



FIGURA 4 – Jardins do Rio Turia,
Valência, Espanha.

Fonte: Foto, acervo do autor.
10/11/2018

A Paisagem como lugar de construção da Cultura

Cada espaço público aberto à população amplia a oportunidade de construção e compartilhamento de experiências coletivas, esse “comum” partilhado abre espaço para a construção de consensos e disputas, reunindo práticas estéticas e políticas, que é o que Jacques Rancière (2019) chama de “partilha do sensível”. O espaço público é o lugar do compartilhamento e construção de desentendimentos e de entendimentos, que organizam e reorganizam historicamente as práticas que ocorrem nestes espaços. Com isso eles ganham dimensão física e dimensão cultural, que emergem das experiências estéticas e políticas necessárias para que seja estabelecido quem governa e quem é governado no espaço.

O sociólogo Pierre Bourdieu analisou a relação entre indivíduo e a sociedade, reconhecendo que o indivíduo não é totalmente livre para decidir suas ações ou mesmo seu comportamento, buscava entender qual liberdade os indivíduos têm para definir suas ações. Não aceitava a liberdade que Sartre dizia que todos têm, apontava que nem mesmo os mais ricos e privilegiados têm total liberdade, contudo, por outro lado, ele recusava o determinismo histórico e social.

Para superar essa questão, Bourdieu recorreu ao conceito de habitus, ressignificando-o. Segundo Bourdieu, as estruturas que constituem determinado meio, as condições físicas e materiais que caracterizam um grupo ou uma classe social, que são apreendidas na vida cotidiana, se materializam na forma das práticas cotidianas como habitus. Para ele, habitus são os:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras.¹

¹ BOURDIEU, Pierre. Esquisse d’une théorie de la pratique. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 15.

Essas estruturas condicionam a vida e as práticas dos indivíduos e grupos, determinando os rituais, as representações e o lugar de cada indivíduo na sociedade. As estruturas podem ser organizações ou instituições mais ou menos estáveis que regulam, com maior ou menor intensidade, as relações dos seus agentes, por exemplo: a família, o Estado, as escolas, as empresas e tantas outras. Tais estruturas estabelecem “campos”, os espaços das relações dinâmicas e disputas dos seus agentes. Os campos têm regras e valores próprios, frutos das relações dinâmicas entre as instituições e os seus agentes, essas relações podem ser de apoio, de alianças ou de oposição e confronto.

O conceito de “campos”, para Bourdieu, é muito importante para toda sua produção, os campos são estruturados pelas relações dinâmicas entre as instituições e os agentes sociais distintamente posicionados em função de sua visibilidade e recursos disponíveis. Na sociologia bourdieusiana existem muito campos, entre os quais podemos citar: o econômico, o político, o religioso, o cultural, o jurídico, o científico, o artístico e o esportivo.

Para ele, as práticas são historicamente determinadas, “estruturadas” no decorrer da história da comunidade. Mostram-se estruturantes por serem, ao mesmo tempo, permanentemente reiteradas e reajustadas pelas dinâmicas históricas, pelos eventos e indivíduos que as reiteram e ajustam. Os habitus atravessam muitas gerações, mas não são estáticos, eles acabam tendo suas próprias histórias, frutos das inúmeras repetições semelhantes e distintas.

Com o termo “capital”, Bourdieu faz a mesma operação: não se refere apenas ao capital monetário ou econômico, mas a todo o conjunto de valores materiais e simbólicos que têm valor em cada campo. Então, se para o campo econômico o capital se refere ao conjunto dos recursos econômicos e seus recursos financeiros, seu patrimônio e os instrumentos de produção que detém; para o campo cultural o capital se refere aos saberes, competências e habilidades acumuladas, em grande parte herdadas, que permitem o domínio da cultura erudita ou hegemônica. Existem diferentes tipos de capital, mas os quatro mais importantes para Bourdieu são: o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico. Esses capitais são intercambiáveis e muitas vezes sua conversão é parte importante para o funcionamento das trocas e disputas entre os grupos e entre os campos. Os campos hegemônicos não são os únicos merecedores de atenção, especialmente ao longo dos séculos XX e XXI, os novos recursos comunicacionais oferecidos pela internet facilitaram a organização e o funcionamento de muitos grupos em vários campos paralelos e contra-hegemônicos.

Esses conceitos (habitus, campo e capital) permitem compreender como se dá universo de disputas no Espaço Social, Bourdieu não escreveu muito sobre espaço físico, e nem sobre paisagem. Suas teorias nunca demandaram a territorialização dos estudos. Atualmente, vários urbanistas e sociólogos têm utilizado os conceitos bourdieusianos para estudar as cidades e os territórios. Um discípulo de Bourdieu, Loïc Wacquant tem buscado criar as bases para que as homologias entre os espaços social e físico sejam mais bem compreendidas.

Os urbanistas há muito tempo já fazem a distinção entre “cidade” e “urbano”, justamente por entender um como a materialidade física e construída que habitamos e o segundo como a cultura, a vida que se desenvolve e organiza no espaço – um não existe sem o outro, um dá sentido e organiza o outro. Os dois conceitos são transformados diariamente, pelas suas próprias lógicas, forças e questões e ao mesmo tempo a materialidade e a vida social se condicionam e transformam dialeticamente. De alguma forma os conceitos bourdieusianos podem mesmo ser utilizados para compreender a organização física da cidade e todo o universo de eventos e questões que interessam aos urbanistas e paisagistas.

Em um texto inédito publicado na Revista Estudos Avançados, em 2013, Bourdieu escreve que “o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades”.

As relações entre o capital econômico - seja o Real Estate, ou os capitais ligados às atividades industriais ou às comerciais - e o território urbano já são estudadas e conhecidas por todos os urbanistas, há muito tempo. Wacquant (2023) vai investigar como os capitais simbólicos e sociais são organizados e potencializados quando se materializam no espaço físico, e como se convertem em capital econômico e político no território e na paisagem. Essas relações não são desconhecidas, nem novas, desde as primeiras cidades edificadas no Crescente Fértil os espaços livres urbanos estavam associados aos aspectos simbólicos e sociais.

O que é novo é a possibilidade de estudar o entrelaçamento entre o espaço social e o físico com as teorias de Bourdieu. Os Jardins do Rio Turia estão lá abertos aos diferentes campos da sociedade valenciana, cada um deles lhe anima com suas práticas, organizadas em habitus, que lhe valorizam culturalmente, simbolicamente, politicamente e economicamente. Depois de décadas das suas aberturas os jardins têm territórios dedicados às práticas esportivas, recreativas, eventos religiosos, culturais e políticos acomodados através de acordos e articulações entre as várias organizações sociais, econômicas e políticas da cidade. Essa mesma avaliação pode ser aplicada à Praça da Sé e a Praça da República em São Paulo, ou a qualquer espaço público que se queira estudar e compreender.

Como arquitetos temos que compreender que a gestão destes espaços encerra conflitos complexos e dinâmicos, que alteram tanto as práticas que lá ocorrem, quanto a materialidade dos próprios espaços físicos, em processos diários de ajustes e transformações que modificam a própria cultura dos indivíduos e dos grupos, dos vários campos que organizam e são organizados por essas práticas e esses conflitos. Daí que o projeto desses espaços não deve ser entendido como uma questão fechada, mas como processo contínuo de ajustes e acomodações aos diferentes sujeitos e agentes.

A Paisagem como lugar de construção da Ética

A Psicóloga e professora Sandra Patrício (2019) explica que o vocábulo *ethos* é uma transliteração dos dois termos gregos *êthos* (grafado com eta) e *éthos* (grafado com epsilon). Essas duas grafias de *ethos* existentes no grego dão origem às duas acepções distintas dessa palavra. A primeira designa a morada do homem ou do animal, como lugar de estada regular, abrigo seguro. O *ethos* com *épsilon* (â) inicial refere-se ao comportamento fruto do repetir-se, o comportamento frequente, inclinação habitual para agir de certa maneira. Ele se desdobra, assim, como hábito, entendido como disposição permanente para agir de acordo com os imperativos de realização do certo, tornando-se lugar privilegiado de inscrição da *praxis* humana.

Patrício conclui afirmando que o *ethos* pode ser entendido como a relação natural, como que de moldagem contínua e recíproca entre um lugar e a vida de seus habitantes, portanto é a própria Paisagem, como aqui foi conceituada.

Diante do fracasso do projeto epistêmico da modernidade, assistimos o fim da era moderna, temos dois grandes colapsos articulados e em andamento: o colapso do sistema de exploração e acumulação capitalista, que está no limite da exploração do

homem e da natureza; e o segundo é o colapso ambiental, consequente do primeiro. O mês de Julho de 2023 foi o mais quente já registrado nos últimos 120 mil anos, gerando incêndios florestais, enchentes e secas extremas por todo o planeta. Mesmo diante dos fatos, temos grupos insistindo em antigas práticas sem aceitar qualquer revisão de valores éticos.

Leonardo Boff (2023) nos ajuda a compreender o principal problema ético contemporâneo: a mercantilização global da sociedade e da natureza. Todos os valores sociais, ambientais e culturais foram reduzidos a capital econômico, os grupos hegemônicos de todos os campos, servem apenas ao capital financeiro. Só assim podemos compreender a ocorrência e a aceitação impune de crimes recentes como o de Brumadinho, o do Vale do Rio Doce ou o da Braskem em Maceió.

A mundialização do capitalismo, como modo de produção e sua expressão política, o neoliberalismo, mostrou as consequências perversas da ética capitalista, seus eixos estruturantes são: o lucro ilimitado, acumulado individualmente ou por grandes corporações, a concorrência desenfreada, desprezando os suportes naturais ou os grupos humanos, reduzindo o Estado, tornando-o apenas o mantenedor e garantidor dos lucros e das condições de reprodução do capital.

A virada ontológica necessária implica em recolocar o homem dentro e como parte da natureza, resgatando outros capitais e valores ancestrais para construir outro futuro possível. Para isso a Paisagem é o lugar do aprendizado, da construção coletiva de saberes, práticas e acordos.

Outras éticas são possíveis: a ética do “*bien vivir y convivir*” dos andinos; o Ecosocialismo; o Ecofeminismo; a Desglobalização e tantos outros esforços de experimentação e resistência decolonial. A questão ecológica está se configurando como o maior desafio político atual para todas as cidades em todas as nações. Segundo a ONU, já temos 50 milhões de pessoas expulsas das suas terras por crises políticas e ambientais. As desestruturas das cadeias produtivas e do comércio, fruto da crise ambiental, causarão maiores instabilidades econômicas, sociais e políticas.

A globalização, inter-relacionando todas as culturas, acabou também por revelar a pluralidade dos caminhos éticos, e como reação observa-se a relativização generalizada dos valores éticos por organizações políticas de extrema direita. O que observamos é que a humanidade está cedendo diante da barbárie rumo a uma verdadeira idade das trevas mundial, tamanho é o descalabro ético que estamos vivendo.

A questão posta é: qual a ética que nos poderá orientar como humanidade vivendo na mesma Casa Comum? Boff responde que deve ser a ética enraizada no que é específico nosso, enquanto humanos e que, por isso, seja universal e possa ser assumida e compartilhada por todos. Respeitando, incluindo e cuidando do mundo, da natureza e das pessoas, da diversidade, dos mais despossuídos e silenciados, uma nova ética - a do cuidado. O substrato ontológico do ser humano, o conjunto de fatores objetivos sem os quais jamais surgiria o ser humano e outros seres vivos. Uma civilização bio-sócio-centrada, baseada na solidariedade e na “ética da responsabilidade universal”.

Concluindo pela Paisagem como lugar de formação

Os primeiros cursos de arquitetura e urbanismo se organizaram já no século XVII, nascem na modernidade que sempre atualizaram, acompanharam e com a qual contribuíram. Os cursos construíram e reproduzem a própria ideia do arquiteto como o profissional que domina as técnicas e os saberes necessários à concepção de espaços

e construções para todos os propósitos e funções. A geração de arquitetos modernos, que imprimiu sua marca da história da arquitetura brasileira, moldou também a ideia do que é ser arquiteto no país.

Contudo, esse modelo está em crise, o ofício passou por tantas transformações que está cada vez mais difícil pensar no arquiteto que mantém um escritório para trabalhar como profissional liberal. Hoje, nossos egressos estão trabalhando em órgãos públicos, em escritórios das mais variadas áreas e em equipes ligadas ao mercado imobiliário, coletivos e organizações não governamentais. Muitos trabalham com projeto de espaços livres, muitos em secretarias do meio ambiente, em prefeituras ou participam de equipes que desenvolvem projetos e planos urbanísticos.

A Paisagem é o lugar do aprendizado, da construção coletiva de saberes, das práticas e acordos. O papel do arquiteto/urbanista/paisagista nesse século é comprometer-se com a luta contra o capitalismo que reifica o Homem e a Natureza. É compreender os desafios éticos do ofício pela reflexão que a paisagem, com todas as questões ambientais, sociais e culturais, acumula e tensiona.

Trabalhar com a paisagem é aprender a: ver, escutar, sentir, conversar, comprometer-se e emancipar-se. Não se pode projetar a paisagem sem ter sensibilidade, humildade e compromisso para entender seu papel no processo de discussão e desenvolvimento do projeto. Trabalhar com a paisagem é entender que a obra construída não é o fim do processo de projeto. Que o espaço quando inaugurado e aberto à população, abre-se para as mudanças e o tempo. Trabalhar com a paisagem é entender que o tempo vai além de tudo o que podemos projetar ou prever, e que gestão também é projeto.

Projetos de espaços livres impõe ao paisagista a humildade de aceitar o outro e o imprevisível. A Paisagem ensina a renunciar à ambição de controlar a forma, ou mesmo à ideia de autoria.

No campo do Paisagismo brasileiro Burle Marx é ainda a grande referência. Sua obra é reconhecida internacionalmente como quem teve fundamental contribuição para a o entendimento do que é o paisagismo moderno no século XX. João Nunes é hoje um dos importantes paisagistas portugueses, sua obra é de grande interesse. Em um longo depoimento publicado em 2019, ele reconhece que “a obra de Burle Marx influenciou e continuará a influenciar o mundo todo porque é universal”. Contudo, mais adiante faz a seguinte ponderação:

Creio que isso tem a ver com o fato de que a obra do Burle Marx ser muito pouco paisagística – no meu entendimento de paisagem. Porque é uma obra muito centrada em uma espécie de expressão pessoal, imagética, gráfica, e, portanto, que tem a ver com o transporte da oportunidade que a paisagem oferece para uma dimensão artística que é de fato uma outra coisa, e por isso pode ser celebrada de uma maneira tão pessoal e autoral. Porque aquilo que eu creio que a paisagem tem de maravilhoso é precisamente essa característica, de que uma pessoa faz alguma coisa e desaparece. Se não desaparece é porque aquilo não é exatamente um trabalho de paisagem.²

Encerro este artigo convidando à reflexão dessa linda ideia de João Nunes. Observem que sua crítica não é endereçada para Oscar Niemeyer ou Paulo Mendes da Rocha, referências fundamentais do pensamento da arquitetura brasileira. Sua crítica deixa claro que as questões éticas de quem trabalha com a paisagem são específicas, importantes, atuais e, portanto imprescindíveis para a formação de quem pretende trabalhar com projetos de paisagem no Brasil de amanhã.

² NUNES, João. Paisagem como transformação. Entrevista com o arquiteto-paisagista João Nunes. In. NOBRE, Ana Luiza, KAMITA, João M. org. Arquitetura atlântica: deslocamentos entre Brasil e Portugal. São Paulo: Romano Guerra; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019. Pg. 79.

A Paisagem, como questão contemporânea, exige a superação da ideia de modernidade, a revisão dos valores éticos e das práticas que caracterizam o exercício profissional dos arquitetos nos últimos séculos. Pensar a Paisagem é a mais desafiadora, importante e atual oportunidade de reinvenção do profissional que precisamos para ajudar nossa sociedade a rever sua cultura e seus espaços, suas cidades e suas instituições políticas, para enfrentar as crises ambientais, sociais, políticas e culturais atuais.

Por tudo isto a Paisagem deve estar cada vez mais presente na formação dos nossos arquitetos e urbanistas.

Referências

- BERQUE, Augustin. **O Pensamento-paisagem**. São Paulo: EDUSP, 2023.
- BOFF, Leonardo. **O colapso atual da ética**. Blog A Terra é Redonda. 12/05/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-colapso-atual-da-etica/> Acesso em: 20 out. 2023
- BOURDIEU, P. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707> . Acesso em: 29 out. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. Esquisse d'une théorie de la pratique. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- COLLOT, Michael. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.
- EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- HONNETH, Axel. **Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NUNES, João. Paisagem como transformação. Entrevista com o arquiteto-paisagista João Nunes. In: NOBRE, Ana Luiza, KAMITA, João M. org. **Arquitetura atlântica: deslocamentos entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Romanno Guerra; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.
- PATRÍCIO, Sandra. **Ethos humano e mundo contemporâneo** [livro eletrônico] / organizadora Sandra Patrício. -São Paulo: Editora Baracoa, 2019. Disponível em: <https://unisaesiano.com.br/lins/wp-content/uploads/2020/09/Ethos-Humano-e-o-mundo-contemporaneo.pdf> . Acesso em: 20 out. 2023.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Exo experimental, Editora 34, 2009.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- WACQUANT, Loïc. **Bourdieu in the City: Challenging Urban Theory**. Cambridge: Polity Press, 2023.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 20

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 23/10/2023

Aprovado em 23/11/2023